

# Não à ética de meia-pataca

33

O ESTADO DE SÃO PAULO

20 SET 2001

O afastamento definitivo do senador Jader Barbalho da presidência do Senado, por meio de renúncia, comunicada terça-feira em discurso da tribuna da Casa – que, diga-se de passagem, não acrescentou coisa alguma aos pouco convincentes argumentos (meras negativas) que tem repetido em sua defesa –, era desfecho mais do que esperado. Sem ter mais qualquer condição política de permanecer no posto, o senador paraense percebeu que só lhe restava tentar salvar o mandato. E, para isso, o melhor caminho que se lhe apresentou foi – assegurado o direito de o PMDB manter a presidência da Câmara Alta e do Congresso, por acordo entre os partidos, que reafirmou o critério da proporcionalidade – reassumir por alguns momentos o cargo do qual estava licenciado para, em seguida, a ele renunciar, dando a entender que assim agia para preservar o espaço de poder de seu partido e a imagem da instituição legislativa.

Decerto o senador também pretendeu, com seu gesto, fazer-se “credor” do PMDB, por ajudar na articulação daquele acordo, mantendo com isso a expectativa de obter, pelo menos de seus correligionários, boa vontade em favor de seu mandato. E, certamente, não é por mera coincidência que o PMDB apresenta, no

Conselho de Ética do Senado, voto em separado aconselhando o arquivamento do processo contra Jader Barbalho, por quebra de decoro parlamentar, enquanto o corregedor-geral da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), relatando o caso no mesmo Conselho, sugere nova investigação, por suspeita de envolvimento de Jader nas fraudes de financiamentos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). “Vou demonstrar que as acusações contra Jader são infundadas”, afirmou, categoricamente, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), autor do voto em separado, que na semana passada pedira vistas do relatório da comissão de investigação integrada por Tuma, Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto (PMDB-MA), relatório que pretende contestar, com a apresentação de novos documentos, do Banco Central e do Itaú.

É claro que o senador Jader Barbalho tem direito à ampla defesa de seu mandato, tanto no Conselho de Ética quanto no Plenário da Casa, se o processo por quebra de decoro lá chegar. Mas há que se fazer o seguinte raciocínio lógico: o senador paraense perdeu, na votação anterior do Conselho de Ética, quando se deliberou recomendar seu afastamento da presidência do Senado, en-

quanto estivesse sob investigação. Se ganhar na sessão que decide pela abertura ou arquivamento do processo por quebra de decoro, de duas uma: ou os documentos prometidos pelo senador Nabor Júnior são substanciais e convincentes, ou se articulou algum tipo de “acordão” para salvar o mandato de Jader. Casó se trate da primeira hipótese, impõe-se a óbvia indagação: por que cargas d’água tais documentos não surgiram há muito mais tempo, poupando tantos – o senador Jader, o PMDB, o Senado – de tanto desgaste?

E nem precisaria se fazer referência ao volume robusto de documentos convincentes, necessários para contraditar o vasto rol de denúncias, a respeito de diversificadas irregularidades (desvios no Banpará, na Sudam, esquema de venda de TDAs, propinas, superfaturamento, desvio de verbas destinadas a um ranário, acusações de enriquecimento ilícito, etc.) que têm surgido contra quem já é ex-presidente do Senado, mas continua, como integrante da Casa, sendo um dos principais fulcros de desgaste de sua imagem.

A propósito da imagem e da solução institucional do

problema de comando da Câmara Alta – e do Congresso –, reconheça-se também que certos quadros ou lideranças peemedebistas não têm conseguido colocá-las acima de interesses pessoais, eleitorais e mesquinhos. E, quanto a este aspecto, vale dizer, da descabida introdução do problema “sucessório-presidencial”, numa questão que é de natureza ética, de decoro parlamentar e sobretudo de recuperação da autoridade moral do Senado da República, perante a sociedade brasileira, percebe-se

que os correligionários peemedebistas gaúcho (Pedro Simon) e alagoano (Renan Calheiros) estão afinados com o paraense (Jader Barbalho), que em seu discurso de renúncia explicou a “perseguição” política que sofre em razão de sua “importância” no processo sucessório...

Seja como for, o PMDB, o Conselho de Ética e, de resto, os ilustres membros do Senado Federal não de entender que a sociedade brasileira, hoje mais do que nunca, não aceita mais processos de moralização institucional que fiquem a meio do caminho, porque não se contenta mais com uma ética de meia-pataca.

**O público não admite conciliação com os interesses de corruptos**